

# 'Indústria Limpe Seu Nome' retira R\$ 108 bi em dívidas de birôs de crédito

CNI investiga possível participação de juizes em esquema fraudulento para ajudar devedores

Eduardo Cuccolo  
e Flávio Ferreira

Em alguns casos, são ajudadas várias ações idênticas no mesmo tribunal, à espera de que uma delas caia com um determinado magistrado. Quando isso ocorre, as demais são retiradas.

Em seus sites, as empresas que vendem os serviços "limpe seu nome" dizem garantir a extinção de decisões liminares (provisórias), em geral na primeira instância do Judiciário, para retirar o registro dessas dívidas desses cadastros. Elas alegam haver negociação indevida de milhares de devedores listados em razão de suposta ausência de notificação da empresa ou consumidor.

O IEPTB aponta fragilidade jurídica nessa tese e diz que as decisões contrariam entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) de que não é preciso novo notifi-

cação do título protestado, por parte do birô de crédito, da central de informação dos cartórios, pois os tabelionatos já fazem isso obrigatoriamente no momento do protesto. Esses juizes estão tornando letra morta uma decisão do STJ à qual estão obrigatoriamente vinculados como se fosse uma lei, afirma André Gomes Neto, presidente do IEPTB.

A entidade, que representa cartórios de protestos de dívidas não pagas, também é alvo dessas ações e tem sido proibida de divulgar as informações em seu site e aplicativo de consulta gratuitos. Os dados só estão disponíveis para quem faz a pesquisa presencialmente nos tabelionatos.

As tentativas de cumprir as decisões liminares, o instituto muitas vezes se depara com documentos inválidos ou consumidores que nem sequer possuem protestos em seus nomes.

Alguns dessas decisões já foram revertidas com base em questões como falta de legitimidade dessas associações, às quais geralmente o cliente não é filiado, para atuar nessas ações, falta de documentação e reconhecimento de que não é possível utilizar ações coletivas para uma questão de direito individual. Na denúncia entregue ao CNI, a entidade afirma que "o modus operandi dessas empresas nada mais é que uma forma de mercantilizar o processo judicial enquanto instrumento para incentivar o inadimplimento de dívidas".

O IEPTB argumenta também não ser uma instituição com fins lucrativos, como as empresas de informação de crédito, e que não cobra valores pelo fornecimento do registro de protesto. Por determinação legal, oferece consulta gratuita a essas informações em seu site.

**R\$ 108,3 bilhões**

É o valor das dívidas excluídas dos serviços de informação por decisão judicial

**2,94 milhões**

É a quantidade de protestos com divulgação suspensa

**430**

É a quantidade de liminares concedidas

Fonte: IEPTB (Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil)

O presidente do instituto afirma que a ausência de acesso a essas informações prejudica, por exemplo, o micro e médio empresário que, na venda parcelada, não sabe quem está querendo contrair crédito com ele.

Também serve de incentivo à inadimplência e contribui para aumentar o custo de crédito para os demais consumidores e empresas.

"Quem é que paga por essa conta? Quando se suprimem R\$ 128 bilhões do conhecimento público, quem está com o nome sujo passa a estar com o nome positivo. Esse devedor não faz o caminho de volta para procurar o credor dele, para renegociar essa dívida ou pagar. Ele simplesmente fala assim: 'Não vou pagar nada', afirma. "Quem paga essa conta é o bom pagador".

Em nota, o CNI informou que, em setembro do ano passado, a Corregedoria Nacional de Justiça instaurou o pedido de providências para investigar a atuação de juizes e juízas na concessão de liminares sigilosas em processos judiciais que beneficiariam associações ligadas a esquema de ocultação de protestos e cadastros de inadimplentes, conhecido como "limpa-nome", nas bases de consultas em todo o país. No momento, o processo está em fase de instrução.



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, entre as promessas, virou a política de valorização do salário mínimo. Agência Brasil - 26/02/2024

## Ministro do Trabalho acumula promessas que não saem do papel

Marianna Holanda

Essas. O ministro Luiz Marinho (Trabalho) realizou promessas que ainda não conseguiu tirar do papel em seu primeiro ano à frente da pasta. No rol, destacam-se a regulamentação de trabalhadores por aplicativo, que ele próprio já classificou como "semiescravidão" e mudanças nas regras do saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), além de pontos da reforma trabalhista. A garantia de regras trabalhistas e previdenciárias para plataformas de serviços foi tema amplamente discutido desde a campanha eleitoral. O próprio presidente Lula (PT) cita as dificuldades desses trabalhadores em alguns de seus discursos.

"As empresas de aplicativo exploram os trabalhadores e foram explorados", afirmou o petista em uma dessas manifestações.

O governo realiza mesas de negociação entre entidades

sindicais e das empresas de aplicativo, mas até hoje não chegaram a um acordo sobre a regulamentação.

No fim do ano passado, Marinho participou da live semanal de Lula. Conversa com o Presidente, em que disse haver dificuldades para fechar uma redação da proposta que regulamenta a atividade desses trabalhadores.

"Como o transporte de pessoas, o acordo está formalizado do ponto de vista dos valores, dos procedimentos, do conceito. Nós estamos com muita dificuldade para fechar a redação do acordo porque na prática será o projeto para submeter ao Parlamento para virar lei. E aí estamos com uma dificuldade de ali com os advogados, mas creio que a gente consegue neste ano", afirmou o ministro, em 5 de dezembro passado.

Ele repetiu ainda que não haveria acordo em relação aos trabalhadores de aplicativos que fazem entrega, mas que uma proposta deve ser encaminhada mesmo assim, ainda que não tenha dado prazo.

A primeira vez que o minist-

ro prometeu um desfecho para o tema foi durante sua posse, em janeiro de 2023, quando disse que resolveria ainda no primeiro semestre do mandato de Lula.

Na ocasião, Marinho também disse que a pasta entregaria ao Congresso Nacional nos meses seguintes uma política de valorização permanente do salário mínimo, o que de fato ocorreu. O presidente sancionou a medida com a política de reajustes acima da inflação, em agosto.

Também durante a live de final de ano, ao lado do presidente Lula (PT), o ministro do Trabalho e Emprego pediu "desculpas" aos trabalhadores que foram demitidos e não conseguiram sacar seu FGTS por adesão ao saque-aniversário do FGTS. Na ocasião, ele disse que ainda não tinha sido possível concluir a proposta que muda as regras dessa modalidade.

O dinheiro até o momento não foi resolvido. Havia uma avaliação no Planalto de que a proposta pode enfrentar dificuldades durante a tramita-

### Promessas do Ministério do Trabalho

#### O QUE NÃO SAIU DO PAPEL

Regulamentação de trabalhadores por aplicativo

Mudanças nas regras de saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)

Revisão de trechos da reforma trabalhista, como terceirização

#### O QUE SAIU DO PAPEL

Política de valorização permanente do salário mínimo, com reajustes acima da inflação

ção, porque deputados e senadores resistem a modificar ou abolir uma regra que eles próprios aprovaram.

A proposta que alterou as regras na época foi criada por meio de uma medida provisória editada pelo governo Jair Bolsonaro (PL) e ganhou apoio das bancadas, tanto governistas como de oposição.

Segundo auxiliares palacianos, o texto com as mudanças propostas já estava na Casa Civil, mas foi retirado pelo Trabalho.

O Palácio do Planalto quer levar adiante essa proposta quando fechar uma outra: a substituição do empréstimo com garantia no saque-aniversário por um crédito consignado contratado na plataforma FGTS Digital, que retira os dados repassados pelo eSocial.

Outro tema sensível no governo é a revisão de trechos da reforma trabalhista. Auxiliares de Lula negam que se seja uma prioridade de governo, mas o ministro já defendeu isso publicamente em diferentes ocasiões.

Desde a sua posse, o minist-

ro descarta uma revogação completa da reforma, mas defende rever trechos, como o que trata da terceirização.

Uma preocupação na discussão do tema é com o custo do movimento sindical e a autorregulação da estrutura sindical, assuntos em discussão também entre as entidades trabalhistas e patronais.

Segundo o presidente da UGT, Ricardo Patath, a dificuldade em chegar a consensos nas negociações se deu porque as empresas estiveram menos flexíveis durante as negociações, em todos os temas.

Patath espera ver um desfecho até abril, inclusive sobre a regulamentação dos serviços por aplicativos. A expectativa das centrais é poder exaltar isso "limpa-nome" nos atos de 1º de maio, Dia do Trabalhador.

"Já imaginávamos que fosse difícil, mas não mais. Mesmo assim temos que estar valorizando esse diálogo, sem isso não sai nada do papel", disse.

Procurador, o Ministério do Trabalho não se manifestou sobre as promessas não cumpridas de Marinho.